

A ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA, PERIÓDICO E INSTITUIÇÃO: “O AGRONOMO” E UMA “NOVA ERA” DA AGRONOMIA NA BAHIA (1911-1915)ⁱ

Nilton de Almeida Araújo

Mestrando em Ensino Filosofia e História das Ciências
Universidade Federal da Bahia

Em 1911, no antigo engenho de S. Bento das Lages, entre São Francisco do Conde e Santo Amaro, no que fora o coração da produção açucareira do Recôncavo Baiano, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) criou uma escola média de agricultura. A *Escola Agrícola da Bahia*ⁱⁱ ou *Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura* (EAB-EMTP) foi aberta após dois anos da criação da própria pasta. Esta escola contava com um periódico mensal, fonte até aqui inédita no âmbito da História das Ciências no Brasil, “O AGRONOMO – *Orgam dos Estudantes da Escola Agrícola de São Bento das Lages*”, produzido pelo Centro de Estudantes da EAB-EMTP.

Além de a história da Escola ser pouco conhecida, os poucos estudos publicados centram sua atenção no período em que a EAB estava sob os auspícios do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (1859-1904)ⁱⁱⁱ. Concluímos ser oportuno, portanto, conhecer um dos períodos menos conhecidos da sua trajetória, ao tempo em que foi um dos momentos em que seus vínculos com um projeto nacional para aprofundar as relações entre ciência e agricultura foram dos mais fortes, a década de 1910 da República Velha, tendo em vista sua avocação pelo recém criado Ministério da Agricultura.

A criação do MAIC e da EAB-EMTP se inscreve em um movimento que reunia oligarquias agrárias organizadas na Sociedade Nacional de Agricultura (criada em 1897) que buscava institucionalizar seus interesses no aparelho de Estado por meio do MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1909), buscando se contrapor à hegemonia^{iv} que São Paulo alcançara após a queda do Império. Um movimento político “integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais

específicos de organização, expressão e difusão de demandas. De tal movimento, cujas nuances apontam para segmentações no seio da classe proprietária rural e para oposições à sua fração hegemônica, provenientes do que chamarei de ‘frações dominadas da classe dominante’, identificadas ou não com oligarquias de estados da federação, originou-se um discurso igualmente diferenciado e não monocórdio, como supões alguns”^v.

Entretanto, o fomento do governo republicano ao ensino agrônomico na Bahia ocorre numa região em que a articulação entre ciência e agricultura remete no mínimo à Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBa, 1832), depois ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA, 1859) criador da Imperial Escola Agrícola da Bahia (1877) e culminando na Sociedade Baiana de Agricultura (SBA, 1903), filiada à Sociedade Nacional de Agricultura^{vi}. Na liderança destas instituições sempre esteve uma mesma fração de classe dominante, a elite açucareira do Recôncavo, e os professores da EAB-EMTP eram em sua maioria egressos desta que foi a primeira escola voltada para a formação de profissionais de nível superior especialmente dedicados à agricultura, os engenheiros agrônomos.

A EAB-EMTP formava agrônomos, de nível médio. Em seus terrenos também funcionava o ensino elementar agrícola, no Aprendizado Agrícola. Fica marcada uma forte hierarquização do ensino agrícola que converge com as políticas vigentes no Ministério da Agricultura. O MAIC estabelecia as relações entre ciência e Estado de modo a legitimar as intervenções dos agrônomos, “agentes portadores de um saber dotado de uma ratio imanente, perpetuadora da fragmentação entre trabalho intelectual e trabalho manual. A apropriação da Ciência pelo Estado imbrincava-a aos mecanismos de poder, justificando a criação de um corpo de agentes especializados, tornados burocratas ‘intelectualizados’” (Mendonça, S. R. *O ruralismo brasileiro*, p.145). Desenvolve-se a estratificação do ensino agrônomico entre os que trabalham, os que vigiam e os que dirigem, i.e., o ensino elementar, o ensino médio teórico-prático e o ensino superior.

Porém há um novo aspecto a considerar. Se Mendonça estabelece para os níveis do ensino agrônômico uma homologia entre o campo científico e o campo político e social, i.e., no interior deste ensino se reflete uma clivagem estruturante e estruturada numa sociedade de classes, **a polarização entre tutor/engenheiro agrônomo e tutelado/operário agrícola tem sua origem não na República, mas na monarquia, e mais precisamente na Imperial Escola Agrícola da Bahia, a partir de 1877.** Já neste período temos este corte entre formação de engenheiros agrônomos e regentes/operários agrícolas^{vii}.

Outro aspecto significativo é o grau de endogenia da EAB, registrando um dos mais altos índices de professores egressos da própria instituição. No corpo docente listado na revista – sete professores – cinco foram formados pela EAB no período do IIBA, além do próprio diretor, Henrique Devoto que se diplomou em 1880, na primeira turma^{viii}.

Nesta incursão sobre a institucionalização da agronomia na Bahia, buscaremos no âmbito da História Social das Ciências^{ix}, analisar práticas científicas cujo sentido é localmente produzido, ou seja, trata-se de compreender o que significava ciência naquela época, quais suas práticas, valores e métodos compartilhados por seus praticantes. No escopo de nossa análise, *O AGRONOMO* será fonte decisiva para conhecer os profissionais envolvidos neste espaço institucional, sua atuação e formas de organização, produção e divulgação de seus trabalhos, particularmente deste período de sua existência.

Conforme publicado em sua seção *Noticiário*, o regimento interno da revista *O AGRONOMO* define em seu art. 3.º a sua forma de organização. As seções seriam as seguintes:

- a) uma seção agrícola industrial e comercial de colaboração dos membros honorários do *Centro* (agrônomos e engenheiros agrônomos);
- b) uma seção idêntica à precedente de colaboração dos membros efetivos do *Centro* (estudantes);
- c) uma seção oficial do *Centro*, em que serão publicadas as atas de suas sessões e mais assuntos concernentes à sua direção;
- d) uma seção bibliográfica (publicações recebidas; [sic]
- e) uma seção noticiosa (assuntos que se não afastam da índole da revista);

f) uma seção literária”.

A seção definida na alínea e) teria o título de *Noticiário*. Nela é que encontramos mais elementos acerca do cotidiano da EAB-EMTP. O seu *Expediente*, reproduzido em todas as edições, define que “O *AGRONOMO* publica-se mensalmente, aceitando artigos de colaboração sobre assuntos que não se agastem dos interesses agrícolas, comerciais e industriais, a juízo da redação”. Em *Biblioteca* se registra não só a freqüência como os principais assuntos pesquisados na mesma^x.

Mas é nos artigos que somos apresentados às concepções e propostas destes agrônomos e agronomandos sobre, agricultura, ciência, educação e ensino agrícola. Os artigos, especialmente dos estudantes, adquirem aqui papel vital na medida em que utilizaremos o conceito de *habitus*^{xi} conforme Pierre Bourdieu em *O Campo Científico*, o que envolve identificar qual o “espírito científico” desta escola, ou seja, a homogeneidade na heterogeneidade.

Em *Lição de Coisas (Para os Alunos do Aprendizado)* temos uma espécie de aula simulada, com o professor tratando especialmente de Zoologia, em que o corte principal estabelecido entre os animais se dá a partir de sua utilidade ou nocividade à produção agrícola, com ênfase especialmente na entomologia e outros ramos da zoologia. De acordo com o próprio autor destes artigos, seu objetivo é ser o menos complexo possível, pois não desejava “cansar a memória” daquele que em todas lições chama de “meu filho”.

Na prática, o professor faz questão de pontificar erudição, revelando concepções e hierarquia entre as ciências. Num momento histórico em que química e física estão bastante estabelecidas no centro do conhecimento científico, em *Lição de Coisas I* desloca para a ciência agrícola a fonte do conhecimento humano. E desde já inicia sua crítica ao darwinismo social de Spencer, que se faria presente em outras “*Lições*”.

“Eu poderia dizer que a *Ciência única é a Física*, e não teria dito um absurdo. A *única Ciência mater é a ciência agrícola*, e não seria um paradoxo. *Não me refiro nem à Agricultura nem à Agronomia. Esta é um ramo da ciência muito recente*; é um rebento novo; aquela é muito antiga para gozar dos foros de Ciência; mas eu disse – *Ciência Agrícola*. É desta que provêm todas as investigações humanas, todo o conjunto do humano saber.

(...) Muito pouco importa saber a origem da Ciência, o essencial é conhecer a origem e natureza das coisas. *Herbert Spencer* disse que é muito *mais útil conhecer a natureza dos objetos do que a natureza das palavras*. Ele quis assim exprimir que muito mais convém o conhecimento dos objetos do que o conhecimento das línguas. *Nem tanto, nem tão pouco. Tudo é relativo (...)*” (grifei).

A ciência, como conhecimento que confere legitimidade não só a um campo profissional, mas a um conjunto de práticas políticas, é um componente estruturador dos textos de engenheiros agrônomos formados e estudantes. Podem ser identificados como permanências importantes na Primeira República – frente ao período imperial – a defesa da vocação agrícola brasileira e da vinculação de seu destino aos rumos da nação, e a defesa do ensino agrícola e da difusão da ciência, da técnica e da racionalidade no campo e, principalmente, o agrônomo como o agente civilizador do campo, em contraponto ao bacharel, graças ao seu arcabouço científico.

A articulação ensino agrícola/ciência e ruralismo aparece nos textos que se dirigem ao MAIC, com propostas para o ensino agrícola em geral e para a EAB-EMTP em particular, particularmente nos textos de Victor André Argollo Ferrão, outro personagem que reúne as relações entre instituições de saber e poder, como professor (do Instituto Agrícola da Bahia), articulista (do Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia) e sócio da Sociedade Bahiana de Agricultura. Os seus três textos foram publicados sob o título de “Ensino Agrônomico”, do qual dependeria o progresso da nossa lavoura (números 02 03 e 05, páginas 28-29, 43-44 e 85-87, respectivamente). As preocupações e soluções de Ferrão em reformar o ensino da EAB-EMTP

se circunstanciam nos objetivos precípuos do MAIC em implantar no Brasil um ensino agrônômico racional e civilizador.

Esta linha seria adotada nos artigos de abertura do *O AGRONOMO*, conforme a análise do texto “O Problema Nacional” indica. Com os demais textos de abertura da revista temos um conjunto de editoriais que está estruturado em torno da “pátria”, da “nação”, da “civilização” e da afirmação do caráter “essencialmente agrícola” do Brasil, cujo progresso está incondicionalmente vinculado à reforma do ensino e particularmente do ensino agrícola como fatores de progresso.

Na leitura de “Nova Era” , primeiro texto do primeiro número de *O AGRONOMO* (p.02-3), são apresentadas concepções caras ao ruralismo. No primeiro parágrafo, os vínculos orgânicos entre nação e agricultura são de pronto estabelecidos:

“País novo, *essencialmente agrícola*, o *nosso*, até então olvidara a sua maior fonte de riqueza, de que promanariam sempre os grandes bens, os inesgotáveis recursos de energia. (...) entretanto, a seiva que deveria correr as artérias da *nação*, fortalecer-lhe o organismo, enobrecer-lhe o nome, dar-lhe grandeza e vigor, abandonara-se à perspectiva dessa vaidade a que inspiraram as simples previsões da *noossa grandeza*” (grifei).

O texto defende a emergência de medidas que vitalizariam nossa riqueza “superabundante, pródiga e inesgotável”, por meio “somente na agricultura , de que dependem a indústria e o comércio”, ou seja, a criação do MAIC e a recriação da EAB-EMTP por este órgão.

“A criação do Ministério da Agricultura veio satisfazer às mais justas aspirações nacionais, tão seguro o seu programa, tão promissoras as suas primeiras tentativas dentre as quais, sem o caráter pessoal que pareça ter, orgulhamo-nos de salientar a avocação da Escola Agrícola da Bahia”.

Assim, a criação do *O AGRONOMO* se inscreve nesta conjuntura em que na “vida nacional” se fecundam reformas para a elevação da pátria, em “uma nova era de progresso e de engrandecimento”, almejando ter êxito aonde o Instituto Agrícola da Bahia falhara.

A estratégia de articulação entre os planos regionais e nacional se torna mais evidente na medida em que cruzamos as informações contidas no periódico com os Relatórios anuais do MAIC. Segundo estes relatórios, o ensino agrônômico se desenvolveria sobre um tripé institucional. A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária^{xii} formaria engenheiros agrônomos no Rio de Janeiro, enquanto a EAB-EMTP seria uma instituição “que deve servir toda a região do norte, nos termos do Regulamento do Ensino Agrônômico”. Por outro lado, a escola média ou teórico-prática, anexa à Escola de Engenharia de Porto Alegre estava destinada a servir à região meridional do país^{xiii}. Temos, assim, as principais instituições de ensino agrônômico do país tendo por base um estado do “Norte” e um do sul ministrando o ensino de nível médio, e o pólo principal formando profissionais de nível superior, engenheiros agrônomos, na capital do país.

Contudo, a despeito do investimento federal em infra-estrutura e pessoal, e do seu papel estratégico no movimento ruralista no período em foco, a Escola Agrícola seria fechada em 1916, sendo reaberta em 1920. Desta vez voltando a ser uma instituição de nível superior.

É preciso destacar que o papel que a escola da Bahia exerceu no ensino agrônômico na Primeira República, deveu-se à tradição científica estabelecida em sua primeira experiência institucional (1877-1904), o que também se consolida pelo alto grau de endogenia de seu corpo docente. Esperamos também contribuir para a compreensão do ruralismo brasileiro na Primeira República além do eixo Rio-São Paulo, e que a articulação da oligarquia baiana neste contexto em torno da ciência e da agricultura, deu-se a partir de seus próprios interesses, com raízes em personagens e instituições com raízes no período imperial.

ⁱ Este texto apresenta resultados parciais do projeto de mestrado *A Escola Agrícola de S. Bento das Lages e a institucionalização da Agronomia no Brasil (1877-1930)*.

ⁱⁱ A Escola Agrícola da Bahia no período em que se localizou em São Bento das Lages passou pelos seguintes modelos institucionais: escola imperial de nível superior – 1877/1904, instituto agrícola estadual – 1904/1910; escola

média federal – 1911/1916; 1917-1919 – fechamento; escola superior estadual – 1920/1930. FIÚZA, S. *Escola Agrícola da Bahia*. Salvador: 1934

ⁱⁱⁱ As duas principais referências sobre este período são: BAIARDI, Amílcar. “O Papel do Imperial Instituto de Agricultura na Formação da Comunidade de Ciências Agrárias da Bahia, 1859-1930”. In Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia (7.: 1999: São Paulo) VII Reunião de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. Anais/José Luiz Goldfarb & Márcia H. M. Ferraz (orgs.). São Paulo: EDUSP: EDUNESP: Imprensa Oficial do Estado: SBHC, 2001; e TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982

^{iv} Compreendendo que a hegemonia primeiramente pressupõe a direção intelectual de uma dada fração sobre o conjunto das demais integrantes do bloco no poder e, em seguida, sobre os segmentos sociais dominados, constituir-se como classe dirigente frente às demais frações dominantes tem como elemento estratégico a formação de seus quadros. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

^v MENDONÇA, S. R. *O ruralismo brasileiro – 1888-1931*. São Paulo: Hucitec, p. 13

^{vi} ARAUJO, N. A. *A Escola Agrícola da Bahia e a Institucionalização da Agronomia no Brasil: (1877-1930)*. In: II Encontro Estadual de História. – Feira de Santana: ANPUH: UEFS [cd-rom] (no prelo)

^{vii} A despeito dos vários modelos institucionais adotados, a origem social do indivíduo é o critério decisivo para sua inscrição no campo agrônomo. No período em que a EAB funcionou como Instituto de Agricultura da Bahia, p. ex., sua estrutura era: “a) um curso para instrução de fazendeiros, agricultores e criadores; b) um curso para trabalhadores rurais; c) uma estação agrônômica; um posto zootécnico”. Suprimia-se, portanto, o ensino de nível superior, mantendo-se um corte entre dois níveis discursivos cujo público continua sendo definido pela sua condição de classe, ou seja, proprietários (alínea a) e trabalhadores (alínea b). Cf. BAHIA, *A Escola Agrícola da Bahia*, 1934, p. 22

^{viii} Segundo os anuários de 1934 e 1936, donde também coligimos informações sobre Devoto, os professores Durval Olivieri e Firmino Elói de Almeida concluíram em 1897, Anibal Revault de Figueiredo em 1899, Romulo Gonçalves em 1900. O professor formado há mais tempo era José Geminiano Guimarães, da turma de 1886. Cabe frisar que o diretor do Aprendizado Agrícola, João Silvério Guimarães formou-se também em 1893 pela EAB. Silvério Guimarães seria o mais regular colaborador do *O AGRONOMO*, através da seção *Lição de Coisas* publicada em todos os números.

^{ix} Desde a década de 1980 que os trabalhos de História das Ciências no Brasil vem desenvolvendo uma revisão crítica da produção científica *no e sobre* o país. Na elaboração deste texto, particularmente, nossas principais referências foram: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001; SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo/Feira de Santana: HUCITEC/UEFS, 2001; HEIZER, A. e VIDEIRA, A.A.P. - *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro, Access Editora, 2001; FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina* – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000; FIGUEIRÔA, Sílvia F. M. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875 – 1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997; LOPES, M. Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as Ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

^x Além da leitura de jornais e revistas, os temas maciçamente pesquisados foram, pela ordem, Zootecnia, Química, Física, Botânica, Zoologia, Fitopatologia, Mineralogia, Agricultura, Filosofia, História Natural, Matemáticas, Literatura. Esta seção revela um acervo rico, atualizado, e indiretamente um panorama acerca da produção científica, técnica e de associações de classe em torno da agricultura no Brasil. Há um intercâmbio internacional, notadamente com Estados Unidos, França, Portugal e países da América do Sul, mas o que se destacam são as publicações agrícolas e científicas de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Amazonas.

^{xi} O conceito de *habitus* ocupa uma posição central nas análises de Sônia Mendonça sobre a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ, Piracicaba-SP) e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV, Rio de Janeiro-RJ) em MENDONÇA, S. R. *Agronomia e Poder no Brasil*. – Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. O *habitus* sistematiza a marca distintiva dos elementos egressos de determinado campo de instituições de ensino, isto é, sintetiza um processo através do qual indivíduos serão dotados de um programa homogêneo de percepção, pensamento e ação, o que resulta em diplomados que introjetam o “espírito”, i.e., o *habitus* destas instituições. Nestes espaços escolares se dá a formação do *habitus*, um repertório comum de propostas de intervenção e predisposição para ação, que pode ser explicado pela extração social dos seus componentes, mas não exclusivamente (Bourdieu, *O campo científico* in ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. – São Paulo: Ática, 1983). Esta questão aqui adquire ainda mais relevo na medida em que diferentemente das Escolas de Rio e São Paulo, há uma longa tradição e produção que remete ao período imperial, desde oficialmente 1877.

^{xii} Seu primeiro diretor, Gustavo Dutra, foi formado na primeira turma da Escola Agrícola da Bahia, em 1880. “D’Utra logo partiu para especializar-se na escola francesa de Grignon (...)D’Utra migrou para São Paulo integrando, de pronto, missão oficial designada pela Secretaria de Agricultura, incumbida de visitar os estabelecimentos de Agronomia dos EEUU e Europa no ano de 1900. Em seu retorno, após apresentação de substancial relatório, seria convidado para ocupar um dos mais relevantes cargos junto àquele órgão do Executivo paulista: a direção do Instituto Agrônomo de Campinas, onde permaneceu até 1908, sendo logo alçado à testa da Secretaria [de

Agricultura do Estado de São Paulo], em substituição a Candido Rodrigues quando de sua indicação ao Ministério da Agricultura” (MENDONÇA, 1998, p.126). Aliás, pouco depois sua diplomação (em 1880), seria ele o responsável pela introdução da soja no Brasil, em 1882.

^{xiii} BRASIL, Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1911-1916